



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681016 - TO (2021/0224140-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : VALDEON BATISTA PITALUGA
ADVOGADO : VALDEON BATISTA PITALUGA - TO000342
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : SILVANO LUIS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SILVANO LUIS DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (00228052320188272706).

O paciente foi absolvido pelo Tribunal do Júri, na sessão de julgamento do dia 3/11/2020, do crime tentativa de homicídio, pelo quesito geral constante do inciso III do art. 483 do CPP.

O impetrante sustenta, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente do entendimento do Tribunal *a quo* que não apreciou a tese defensiva do paciente e, provendo recurso do MP, submete-o a novo julgamento pelo Júri, afrontando entendimento doutrinário e jurisprudencial, especialmente da instância judiciária máxima deste País. Alega que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora e fumus boni iuris*.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para que seja restabelecida a sentença absolutória do Júri e, ainda, se for o caso, para o reconhecimento da nulidade do acórdão do TJTO, ou retorno dos autos ao TJTO para complementação de julgamento. No mérito, pugna pela concessão da ordem, confirmando-se a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente